



Editor: Joseph Hanlon | Director: Adriano Nuvunga | Chefe de redação: Borges Nhamire

Número 6 - 15 de Janeiro de 2018

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipmoz.org www.cipmoz.org/eleicoes2018

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/cYjhdB> e a versão em inglês <http://eepurl.com/cY9pAL>

Para cancelar em português <http://ow.ly/ErPa30ekCru> e em inglês <http://ow.ly/Sgzm30ekCkb>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

CNE admite confusão em Nampula causada pelo desleixo “dos técnicos”

Desleixo dos técnicos do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) esteve na origem da confusão nos cadernos eleitorais e mapa de assembleias de voto que foram entregues aos partidos político concorrentes à eleição de 24 de Janeiro corrente em Nampula. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) assumiu que aos partidos políticos foram entregues flash drives contendo informação desorganizada, incompleta, diferente uma da outra. Uma verdadeira confusão.

A informação que estava nos flash era diferente uma da outra e esta situação pode explicar por que razão a Renamo e o MDM encontraram nos flash informação divergente um do outro quando a mesma devia ser igual.

Nos flash drives entregues aos mandatários dos partidos dos candidatos concorrentes, havia pastas em falta e pastas duplicadas, pastas que não abriam e pasta que abrindo, não tinham conteúdo. Havia documentos repetidos e documentos que, estando nas pastas, não abriam, disse Paulo Cuinica, o porta-voz da CNE, em conferência de imprensa realizada sexta-feira, que serviu para esclarecer o caso e analisar a primeira semana da campanha eleitoral em Nampula.

Conforme escrevemos na edição passada ([disponível aqui](#)), após as reclamações da Renamo e do MDM face a conteúdo dos flashes recebidos, o presidente da CNE, Sheik Abdul Carimo Nordine Sau, foi obrigado a se deslocar a Nampula de emergência acompanhado pelo vogal e segundo-vice presidente do órgão eleito pela Renamo, Meque Brás, Paulo Cunica, e o Director Geral do STAE, Felisberto Naife, para perceber o que se havia passado e resolver a situação.

A solução encontrada foi invalidar imediatamente as listas entregues pela Comissão Provincial de Eleições de Nampula (CPE) e usar as

listas de 2014 referentes às eleições gerais na cidade de Nampula.

Por uma questão de formalidade, apesar do conteúdo das listas de 2018 ser precisamente o mesmo das listas de 2014, há que modificar os títulos. Por exemplo, ao invés de “cadernos eleitorais para as eleições presidenciais de 2014”, a informação deve ser actualizada para “cadernos eleitorais para eleição intercalar de 2018”.

Este processo decorre desde o dia 08, que a delegação da CNE liderada pelo respectivo presidente, deslocou-se a Nampula e a CNE prevê que termine esta segunda-feira com a entrega de novas listas contendo informação correcta aos mandatários.

O porta-voz da CNE assegurou que as listas a sere entregues são precisamente as mesmas de 2014, com a actualização de datas e escritas sobre o tipo de eleição.

Pelo facto de não ter havido actualização de recenseamento eleitoral para esta eleição intercalar, os cadernos eleitorais, contendo as listas de eleitores inscritos, são precisamente os mesmos usados em 2014, baseadas na última actualização de recenseamento eleitoral. Não haverá mudanças ainda dos locais de votação, disse Paulo Cuinica.

Não somente em Nampula – e repetindo 2014, 2009 e 2004

O desleixo não se verificou somente em Nampula, mas igualmente em Maputo. Quatro anos após as últimas eleições municipais (2013) e três anos após as últimas eleições gerais (2014), os detalhes dos resultados (incluindo os resultados das assembleias de voto) destas eleições ainda não foram publicados. A CNE/STAE ainda não tem uma página web funcional – é impossível baixar a legislação eleitoral e o resumo dos resultados de 2014. Tal como sucedeu com os flash drives que foram entregues aos partidos político em Nampula, tudo indica que ninguém verificou se os documentos gravados poderiam abrir.

E esta é a continuidade do desempenho anterior. Após as eleições de 2014, publicamos um comentário com o título “D’jà vu mais uma vez”.

Afirmamos em 2009:

“Os que são há muito tempo leitores deste Boletim vão reconhecer que houve pouca mudança em resposta às duras críticas feitas às eleições de 1999 e 2004. Tal como num filme que vemos duas vezes, ocorreram os mesmos problemas.”

Depois afirmamos em 2014:

“E eles voltaram a repetir-se novamente este ano. ... Será que a má conduta e o desleixo constituem uma parte permanente do processo eleitoral moçambicano? Será a nossa manchete em 2019 ‘D’jà vu novamente uma vez mais?’”

2004, 2009, 2014 e agora a mesma situação de desleixo em 2018. Não parece esperançoso. Mas mais uma vez, estamos a assistir.

Assassinato político ou politizado?

Foi assassinado um membro do MDM em Nampula, na noite do dia 10 de Janeiro, 2º dia da campanha eleitoral. O jovem de nome Buana Agostinho Buana, fazia táxi com uma motorizada e foi atraído pelos criminosos que fingiram ser clientes. O MDM trata este caso como um assassinato político e a CNE diz que sequer teve conhecimento do assassinato.

Buana Agostinho foi assassinado no bairro de Namutequeliua, concretamente na zona do Campo dos Macondes, local onde Amisse Cololo, candidato suportado pelo partido Frelimo lançou a sua campanha.

O incidente aconteceu momentos depois de o jovem ter colado panfletos de Carlos Saíde, candidato do MDM, partido de que o finado era membro.

Tina Mário, a mãe do jovem assassinado, é presidente da Liga de Mulheres do MDM no bairro de Namutequeliua. Contou que o seu filho foi solicitado por indivíduos desconhecidos para prestar o serviço de táxi de mota, actividade que o mesmo desenvolvia em vida.

“Talvez as pessoas pensam que fazendo isso vão fragilizar o MDM”, disse Luciano Tarique,

delegado político do MDM na cidade de Nampula, considerando que o assassinato do jovem constitui um golpe para o seu partido.

“Para nós como MDM significa uma dor e lacuna para o partido, e acima de tudo, uma fase de atentado que estamos a sofrer. Como sabe que nos tempos passados, muita coisa aconteceu no MDM. Talvez as pessoas pensam que fazendo isso vão fragilizar o MDM”, disse Luciano Tarique.

“Ele veio, em casa, por volta das 18 horas mas, disse que queria sair porque haviam lhe telefonado com algumas pessoas para prestar serviço de táxi. Depois de sair esperamos por ele até por volta da meia-noite e depois vieram três homens que pararam na estrada, próximo da minha casa, e pedi-lhes para que se aproximassem porque já era noite, quando assim o fizeram disseram que vinham informar que o meu filho foi agredido mortalmente”, contou Tina Mário, mãe do finado, ao nosso correspondente em Nampula.

O porta-voz da Comissão Nacional de Eleições quando questionado sobre o caso, disse que nem chegou a ter conhecimento da ocorrência. Paulo Cuinica avaliou a primeira semana de campanha de tranquila e sem incidentes, ignorando o assassinato ou não o relacionando a campanha eleitoral.

Eleições Autárquicas 2018 é parte do Programa Votar Moçambique



COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 2018 e Eleições Gerais de 2019 a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia e veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

As edições iniciais são igualmente distribuídas através do mailing list do CIP até que sejam mais frequentes. **Para passar a receber todas as publicações sobre as eleições** subscreva a lista exclusiva do Boletim. Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/cYjhdB> e a edição em Inglês <http://eepurl.com/cY9pAL>.

As primeiras edições estão disponíveis em <http://www.cipmoz.org/eleicoes2018>

Cadernos disponíveis para consulta pública

Desde o dia 11 até ao dia 21, o último dia da campanha eleitoral, que os cadernos eleitorais estão expostos nos postos de recenseamento, que são também os postos de votação, para que os eleitores recenseados possam consultar os seus nomes antes da votação, disse Paulo Cuinica.

Os eleitores recenseados, mas que por alguma razão já não possuem cartão de eleitor, poderão, segundo a CNE, votar desde que para tal apresentem um documento de identificação válido e contendo sua fotografia, tal como carta de condução, passaporte.

Arcebispo irrita-se com panfletos e Frelimo pede desculpas

No primeiro dia da campanha em Nampula, simpatizantes do partido Frelimo foram colar panfletos de campanha do seu candidato no muro de vedação e no portão da residência do Arcebispo de Nampula. No dia seguinte, o líder da Igreja Católica na província escreveu uma carta ao primeiro-secretário do partido a exigir a retirada imediata dos panfletos, num tom de indignação. A Frelimo respondeu no dia seguinte prometendo não só retirar os panfletos como também pintar o muro. Mas nas escolas públicas e hospitais onde é também proibido colar panfletos, estão colados e ninguém reclama.

A carta assinada pelo Arcebispo de Nampula, Dom Inácio Saure, recorda que a lei eleitoral impede a colagem de material de campanha em locais religioso. A Frelimo se dignou a responder e a prometer descolar e pintar as paredes sujas com a colagem dos panfletos.

Entretanto, na mesma cidade, há panfletos colados em locais públicos, como na Escola Primária e Completa de Mutauanha, onde as paredes exteriores do estabelecimento de ensino

estão cobertas com panfletos eleitorais dos candidatos da Frelimo, MDM e Renamo.

A lei impede também que campanha seja feita em estabelecimentos públicos, mas aqui ninguém reclama e os partidos fingem que não vêm a violação da lei.

Candidatos fazem promessas irrealizáveis em menos de um ano

O candidato que for eleito a 24 de Janeiro próximo terá menos de um ano na gestão do município de Nampula. Menor será ainda mais o tempo em caso de uma segunda volta, o que é provável. Mas as promessas que são feitas pelos candidatos são realizáveis em mandato de 5 anos. Ao longo da primeira semana de campanha, os candidatos foram fazendo das mais diversas promessas, sem ter em conta que o seu mandato deve durar apenas cerca de nove meses, ou menos.

Por exemplo, Paulo Vahanle, candidato suportado pela Renamo esteve no segundo dia da campanha nos bairros de Mutava Rex e Namicopo, onde prometeu construir mercados com melhores condições de higiene e saneamento do meio. Vahanle diz que tem um projecto para melhorar o transporte semi-colectivo de pessoas e bens .

Mário Albino, candidato apoiado pela associação cívica AMUSI, prometeu reduzir as taxas diárias cobradas nos mercados locais caso seja eleito. Entretanto, a aprovação de taxas municipais é a da competência da Assembleia Municipal, que neste momento é dominada pelo MDM e com a Frelimo como a segunda força. O candidato eleito não tem poder para decidir sobre esta matéria, sem apoio da Assembleia.

Enquanto isso, o candidato do MDM, Carlos Saíde, promete quase que unicamente dar continuidade ao “brilhante projecto que estava sendo desenvolvido por Mahamudo Amurane”, alegando que o mesmo é do MDM.

O candidato do partido Frelimo, Amisse Cololo António, promete combater a desnutrição crónica

(em menos de um ano!) porque entende que precisa proteger a futura geração dos munícipes.

As eleições autárquicas regulares têm lugar a 10 de Outubro de 2018 corrente. Os candidatos

eleitos deverão tomar posse ainda este ano, tornando o mandato do candidato eleito em Nampula muito curto para realizar as promessas.

Artigos Acadêmicos

Três artigos acadêmicos publicados no ano passado analisaram as eleições em Moçambique.

"Eleições de Moçambique, 2014: Uma Repetição de Má conduta, Tensão Política e domínio da Frelimo"

por Adriano Nuvunga, 2017, Journal of African Elections, 16(2),

<http://www.eisa.org.za/pdf/JAE16.2Nuvunga.pdf>

Um bom resumo das Eleições de 2014, especialmente do contexto. Adriano Nuvunga argumenta que os três principais problemas que caracterizaram as eleições de 2014 são típicos dos processos eleitorais moçambicanos desde as primeiras eleições democráticas em 1994. Em primeiro lugar, fraude e negligência deliberada nas assembleias de voto comumente consideradas como tendo sido perpetradas e beneficiando a Frelimo. Em segundo lugar havia um desequilíbrio de poder, com a Frelimo a beneficiar-se de melhor organização e redes de patrocínio, controle da polícia e da mídia. Ser o partido governamental permitiu que a Frelimo usasse abusivamente dos recursos do Estado para a sua máquina eleitoral. Em terceiro lugar, o secretismo da Comissão Nacional de Eleições (CNE), incluindo a alteração dos resultados eleitorais, é influenciado por factores relacionados com a oposição entre eles a visão de que o sistema eleitoral devia ser baseado nos partidos em vez de neutro e imparcial. A lógica da oposição é de que isso permitiria seus membros representados internamente na CNE verificar os procedimentos. Entretanto, essa visão teve sucesso reduzido devido a incapacidade ou falta de vontade de capacitar os escrutinadores e delegados dos partidos para usarem das suas posições, ou por permitirem que más condutas ocorressem sem ser questionadas.

"A observação eleitoral influencia os resultados eleitorais? Evidência Experimental para Observadores Nacionais e Internacionais em Moçambique"

por Stefamis Leeffer & Pedro Vicente, 2017, Novafrica Working Paper 1704, Nova School of Business and Economics, Lisbon.

[http://novafrica.org/wp-](http://novafrica.org/wp-content/uploads/2017/04/1704.pdf)

[content/uploads/2017/04/1704.pdf](http://novafrica.org/wp-content/uploads/2017/04/1704.pdf)

"Encontramos efeitos significativos da presença de observadores nacionais domésticos, indicando uma redução de fraude na votação. Particularmente, o enchimento das urnas e a validação de votos em branco parecem ter sido desencorajados. Não encontramos evidências de que a presença de observadores internacionais impeça ou previna a fraude na votação"

"Como as eleições locais podem transformar as políticas nacionais: evidências de Moçambique"

por Charles R. Hankla and Carrie Manning, 2017, Publius: The Journal of Federalism, 47(1) pp 49–76, <https://doi.org/10.1093/publius/pjw023>

A introdução de municípios criou um novo espaço político que facilitou a emergência de um novo partido, o MDM. Os autores argumentam que isso também contribuiu para uma certa descentralização dentro da Frelimo e da Renamo. Pessoas e questões locais foram ganhando maior relevância dentro dos partidos, todavia, os mesmos autores argumentam que ambos os partidos pretendem manter o controlo central. O Governo da Frelimo passou a nomear representantes do Estado para todos os municípios para controlar não apenas os presidentes dos municípios da oposição mas também os seus. Ambos partidos removeram presidentes de municípios que não seguem ou seguiram a linha do partido numa estratégia de alto risco e alto custo. A Renamo não permitiu nem apoiou a recandidatura de Daviz Simango à presidência do município da Beira 2008, mas este venceu como independente. A Frelimo não permitiu que Eneas Comiche se recandidatasse à presidência do Município de Maputo em 2008 e o seu candidato substituto venceu, mas quando Pio Matos da Frelimo foi forçado a renunciar em Quelimane, Manuel de Araujo, do MDM, venceu a eleição eleitoral de 2011.